



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

RESOLUÇÃO PGE Nº 2964

DE 03 DE MAIO DE 2011.

DETERMINAR A INCLUSÃO DE CLÁUSULAS PADRÃO NOS EDITAIS DE LICITAÇÃO, PARA FINS DE ADEQUAÇÃO À RESOLUÇÃO CONJUNTA PGE/SER Nº. 33, DE 24/11/2004.

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº E-14/13984/2009, e

Considerando caber à Procuradoria Geral do Estado a supervisão dos serviços jurídicos da Administração Direta e Indireta no âmbito do Poder Executivo (Constituição Estadual, art. 176);

Considerando que a Procuradoria Geral do Estado, no exercício de suas funções, busca um melhor atendimento aos órgãos locais e setoriais do Sistema Jurídico, bem como às Comissões de Licitação, pregoeiros e órgãos julgadores da Administração Pública Estadual;

Considerando a necessidade de adequar os editais de licitação às regras da Resolução Conjunta PGE/SER nº. 33, de 24/11/2004, que fixa normas relacionadas à emissão de certidão de débitos pela Secretaria de Estado de Fazenda e pela PGE;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a alteração, nos editais de licitação, da redação da cláusula referente à comprovação da regularidade fiscal dos licitantes perante a Fazenda Estadual, para fins de adequação à Resolução Conjunta PGE/SER nº. 33, de 24/11/2004, conforme anexo.

Parágrafo Único – Os editais de licitação de CONCORRÊNCIA, compras, serviços e obras, TOMADA DE PREÇOS, compras e serviços, e CONVITE,

compras e serviços, disponibilizados no *site* da Procuradoria Geral do Estado, ficam desde já adaptados à alteração determinada pelo *caput*.

Art. 2º - Eventuais dúvidas, esclarecimentos ou sugestões relacionadas à alteração veiculada pela presente deverão ser formalmente encaminhados à Coordenadoria Geral do Sistema Jurídico (PG-15).

Art. 3º - A presente Resolução deverá ser divulgada mediante a remessa de cópia de seu inteiro teor às Assessorias Jurídicas da Administração Direta e Indireta e, ainda, na página da internet da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 4º - A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 03 de maio de 2011.

(original assinado)

LUCIA LÉA GUIMARÃES TAVARES
PROCURADORA GERAL DO ESTADO

**CLÁUSULA DE REGULARIDADE FISCAL PERANTE
A FAZENDA ESTADUAL
EDITAIS DE LICITAÇÃO**

_.1) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio de apresentação da respectiva certidão negativa de débito (ou positiva com efeito de negativa), ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual;

_.2) Caso o licitante seja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio de apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo de imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda e certidão de Dívida Ativa para fins de Licitação expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual.